



# **MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA**

## **ESTADO DO PARANÁ**

### **PODER EXECUTIVO**

**LEI 2173**

#### **PUBLICADO**

Edição nº: 1052

Data: 02 / 08 / 2017  
Boletim Oficial do Município de  
Telêmaco Borba-PR

**SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS EMPRESAS SANEPAR, COPEL, EMPRESAS DE TELEFONIA, INTERNET E OUTROS, REALIZAREM RECAPEAMENTO NAS VIAS MUNICIPAIS EM QUE DANIFICAR O ASFALTO COM REPAROS"**

**"O POVO DE TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ, ATRAVÉS DE SEUS REPRESENTANTES NA CÂMARA LEGISLATIVA, APROVOU E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE LEI".**

**Art. -1º** A execução de obras de reparos e consertos em vias públicas decorrentes de serviços de engenharia executados por concessionárias ou permissionárias de serviços públicos ou suas terceirizadas, SANEPAR, COPEL, EMPRESAS DE TELEFONIA, INTERNET, E OUTROS, ou de qualquer modo impliquem intervenções sobre o pavimento da via e passeio público, a qualquer título, deverá ser obrigatoriamente comunicada à Secretária Municipal de Planejamento.

**Art. -2º** Quaisquer obras referidas no art.1º que importem a execução de serviços sob o pavimento da via pública ou do passeio a exigir a retirada total ou parcial do pavimento, escavação, aterramento, perfuração, corte ou quaisquer outras medidas dessa natureza, somente poderão ser executadas mediante comunicação prévia e formal à SMOSP, com antecedência mínima de 15(quinze) dias.

**Art. -3º** Em se tratando de obras emergenciais cuja execução deva ser imediata para a não interrupção do serviço público, ou mesmo para prevenir a ocorrência de danos a própria integridade da via ou logradouro público atingindo, a sua realização poderá ocorrer sem a comunicação referida no art.2º, desde que:

**I** – Haja a comunicação máxima à SMOSP no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da sua realização, com especificação dos serviços executados; e,

**II** – Seja restabelecido o pavimento da via ou logradouro público nas mesmas condições de qualidade anteriores à execução da obra.



# **MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA**

## **ESTADO DO PARANÁ**

### **PODER EXECUTIVO**

**Parágrafo único.** Qualquer que seja a hipótese de execução dos serviços sobre a via ou logradouro público, é responsabilidade da executora restabelecer o pavimento removido ou atingido pelo serviço segundo padrões de qualidade do sistema viários adequados à utilização do espaço público para os fins a que se destina.

**Art.- 4º** Nos serviços e obras que por sua natureza não danificam as ruas, passeios e outros logradouros públicos, como cabeamento aéreo, exceto colocação de postes, não há a necessidade de comunicação à SMOSP, conforme previsto no art.1º, porém as concessionárias ficam sujeitas aos prazos para reparos e penalidades previstas na presente LEI, quando ocorrem casos de rompimento de cabos energizados ou não, oferecendo risco à circulação de pedestres e veículos, falta de tampões em poços, de vista ou caixas de passagens, e fiação emaranhada, que provocam poluição visual.

**Art.-5º** Quando forem abertos buracos e valas para realização de serviços de instalação, manutenção ou conserto das redes de água, esgoto, luz, gás, telefonia e similares, a concessionária ou permissionária e suas terceirizadas são obrigadas a consertar, fechando os buracos e valas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do término da realização das obras nas vias e passeios públicos.

**§ 1º** O prazo para o conserto referido no CAPUT poderá ser estendido até 10(dez) dias, quando houver manifestação escrita direcionada à SMOSP, e ficar comprovada a necessidade.

**§ 2º** As obras de tapa buracos e valas terão garantias de qualidade do serviço de, no mínimo, 12 (doze) meses, quando realizadas em vias sem passeio ou pavimentação, e de 24 (vinte e quatro) meses, quando realizadas em vias com calçadas e pavimentadas.

**Art.- 6º** A obrigação de que trata esta LEI é de responsabilidade das empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos descritas no art-1º, e de outras que vierem a surgir, ainda que as obras que causarem os buracos e as valas tenham sido realizadas por terceiros por elas contratadas.

**Parágrafo único.** Em se tratando de obras executadas por empresas terceirizadas pelas prestadoras de serviços públicos, a concessionária ou permissionária do serviço responderá solidariamente pelos prejuízos causados ao patrimônio público decorrentes da má execução dos serviços.





# **MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA**

## **ESTADO DO PARANÁ**

### **PODER EXECUTIVO**

**Art. 7º** Enquanto perdurarem as obras realizadas pelas empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos de água, esgoto, luz, gás, telefonia, TV a cabo, internet e outras, as vias ou passeios públicos deverão ser obrigatoriamente sinalizados pelas empresas, isolando-os com placas que permitam a nítida visualização, inclusive noturna, para garantir, com segurança, a passagem de pedestres e veículos.

**Art. 8º** Em caso de descumprimento do disposto nesta LEI, inclusive no que importa à qualidade do serviço realizado, a empresa concessionária ou permissionária do serviço público responsável pela obra ou sua terceirizada será notificada pela SMOSP de 30 (trinta) dias cumprir integralmente a obrigação concernente em reparar a via pública segundo padrões de qualidade estabelecidos, além de ser aplicada uma multa a ser paga no prazo de 30 (trinta) dias.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Caso a empresa concessionária ou permissionária do serviço público responsável pela obra ou sua terceirizada, após decorrer o prazo de 30 (trinta) dias estabelecido no CAPUT, não tenha cumprido integralmente a obrigação, será a mesma mais uma vez notificada pela SMOSP para em novo prazo de 10(dez) dias, cumprir integralmente a obrigação, além de ser aplicada nova multa, a ser paga no prazo de 30 (trinta) dias.

**Art.9º** Se a concessionária ou permissionária do serviço público ou sua terceirizada, responsável pela execução das obras não cumprirem as determinações constantes no art.8º e parágrafo único referentes ao reparo das vias públicas segundo padrões de qualidade estabelecidos, o município poderá executar os serviços e, para fins de ressarcimento dos valores empregados, notificará a empresa para efetuar o pagamento no prazo de 10 (dez) dias, instruindo a notificação com o demonstrativo dos custos da execução dos serviços.

**§ 1º** O ressarcimento dos valores referidos no CAPUT não exime a concessionária ou permissionária do pagamento da multa prevista no art. 8º.

**§ 2º** O não ressarcimento dos valores referidos no CAPUT, bem como a ausência de pagamento da multa estabelecida, importará na inscrição dos débitos na Dívida Ativa do Município para cobrança judicial.

**§ 3º** A inscrição do débito da empresa devedora na Dívida Ativa, por força do disposto nesta Lei, impedirá a devedora



# **MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA**

## **ESTADO DO PARANÁ**

### **PODER EXECUTIVO**

de participar de quaisquer licitações ou contratações com o município de Telêmaco Borba, enquanto permanecer a obrigação.

**Art. 10º** Quaisquer prejuízos causados ao município de Telêmaco Borba, aos entes da Administração Pública Municipal e a terceiros, sejam pessoas físicas ou jurídicas, pelo descumprimento desta LEI pelas concessionárias ou permissionárias dos serviços pelas perdas e danos decorrentes da sua ação ou omissão.

**Art. 11º** Esta LEI entra em vigor na data de sua publicação.

**PAÇO DAS ARAUCÁRIAS, TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ**, em 31 de julho de 2017.

  
Marcio Artur de Matos  
Prefeito

